



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 8 de setembro de 2018



in city | 2017 | Nú Barreto

A FESTA DO AVANTE APESAR DE NÃO PARECER OS CONFLITOS ESTÃO LÁ, NOS TRÊS DIAS

António Pinto Ribeiro

Realiza-se este fim de semana mais uma edição, a 41ª, da festa do Avante da responsabilidade do jornal oficial do Partido Comunista Português que reclama ser esta “o maior acontecimento cultural do país”. Esta declaração coloca a Festa num lugar suprapartidário, acontecimento antigo e de configuração popular, atributos que são responsáveis pela sua relativa longevidade e sucesso de público atraindo todos os anos milhares de participantes. A reconhecida mobilização militante dos comunistas, uma



A FESTA DO AVANTE
APESAR DE NÃO PARECER
OS CONFLITOS ESTÃO LÁ,
NOS TRÊS DIAS

solidariedade internacional dos artistas e na gestão da Festa configuram-na como uma organização profissional e internacional, atributos pouco comuns na programação artística quando esta começou há quatro décadas. A integração de géneros musicais e de reportórios extra-europeus (que hoje erradamente se designa como músicas do mundo) e que muito deve a Ruben de Carvalho, membro do Comité Central do PCP mas que para aqui importa mais como um dos programadores culturais pioneiros em Portugal, enformaram uma programação musical e artística em leque passível de atrair públicos muito diversos.

A Festa do Avante, instrumento político que é ainda um rasto do movimento comunista europeu, à semelhança de outras festas de outros Partidos Comunistas, é ainda também um palco de visibilidade importante para os comunistas europeus. Referimo-nos a dois outros exemplos: Festa de L'Humanité, em França, criada em 1930 no contexto da Frente Popular, e que, ao longo de décadas sofreu várias alterações de formato conforme a própria história do Partido Comunista Francês até deixar de ser, em 1999, a Festa do PCF e se transformar numa festa de causas mundiais com uma programação bastante eclética e organizada por associações e partidos que, no espectro partidário, se colocam à esquerda. Por sua vez a Festa de l'Unità organizada, a partir de 1945, pelo Partido Comunista Italiano também sofreu muitas alterações de conteúdo e de organização, e até de nome, mas conservou sempre a particularidade de ser uma festa que se realiza em muitas cidades italianas ao longo de quase um século de existência.

Reconhecendo grandes diferenças no modo como foram evoluindo há contudo aspectos que lhe são comuns, o que nos permite referir estas festas como as dos comunistas europeus. De imediato há nelas uma genealogia que as associa aos calendários festivos ancestrais relacionados com as festas agrícolas religiosas ou pagãs. Não por acaso acontecem no final do verão com variantes inverniais – tempo de regeneração – e embora haja sempre um ou vários programadores envolvidos a programação é assumida como a de um colectivo, tal qual as festas tradicionais sem autor declarado. Longínquo estará o debate iluminista entre Diderot e Rousseau sobre o papel da natureza e da cultura na formação do cidadão, mas também aqui parece ter-se encontrado uma síntese. As festas dos PCs europeus são actividades de educação cultural activista do militante e são tendencialmente realizadas, senão no meio da natureza e de parques, pelo menos ao ar livre segundo o preceito de Rousseau quando afirma: “É ao ar livre, é debaixo do céu que é importante que vos junteis e vos deixeis levar pelo doce sentimento de felicidade (...) plantai no meio duma praça uma estaca encimada por um ramo de flores,



A FESTA DO AVANTE
APESAR DE NÃO PARECER
OS CONFLITOS ESTÃO LÁ,
NOS TRÊS DIAS

juntai aí o povo e tereis uma festa. Fazei melhor ainda, transformai os espectadores em espectáculo, tornai-os eles próprios actores. Fazei com que cada um se veja e se ame nos outros, a fim de que todos se sintam unidos” (1). E, para a versão da Festa do Avante, pode ler-se, num artigo publicado em 2012 no jornal *Avante*, esta apologia do encontro idílico entre o homem e a natureza no momento da festa da autoria do histórico militante Miguel Urbano Rodrigues que assim descreve a festa que a partir de 1990 passou a realizar-se numa quinta a sul do Tejo: a “Quinta da Atalaia, uma antiga exploração agrícola, situada à beira da Margem Sul do estuário do Tejo, um recanto verde e tranquilo de serena beleza”.

Todavia o epíteto de festa popular reivindicada por todas estas organizações comporta formas de distinção relativamente a festivais importantes de organizações não explicitamente partidárias. Mesmo que exista a abrangência de programação cultural e eclética só as festas dos PCs se reclamam de terem como objectivo o combate à ‘hegemonia cultural’, a chave da teoria do poder segundo António Gramsci, pela qual os Estados destruíam as práticas culturais tradicionais e populares e controlavam os media. Ora a forma de resistência a esta hegemonia está na intervenção dos intelectuais e numa educação cultural de que o partido pode ser protagonista. E é assim que podemos entender os vastos programas de debates, as exposições internacionais, as feiras e os lançamentos dos livros dos autores, que segundo os organizadores, consideram as causas políticas de cada época e as obras de desconstrução da hegemonia cultural.

Nestas formas de distinção há ainda um aspecto particularmente relevante na Festa do Avante dada uma certa continuidade de gestão política e que foi estudada em artigo recente de José Neves (2). O autor sintetiza a Festa do Avante como “A festa é, assim, como que uma antecipação de uma idade pós-conflitual, a idade do final da guerra entre os povos e do final da luta entre as classes. É, aliás, enquanto arquétipo da sociedade pós-revolucionária que muitas vezes nos é apresentada por quem a elogia, sejam comunistas ou sejam até seus adversários.” (3) O mesmo autor considera que a Festa conseguiu impôr-se como um lugar e um tempo de utopia seja porque a construção depende do trabalho militante gracioso, e, portanto, à margem do processo de exploração capitalista, seja pela variedade de actividades – dos concertos à ginástica e à gastronomia. “Trata-se de uma programação onde cabe tudo sem conflito de género ou de expressões culturais minoritárias, seja porque se transforma num calendário anual de pacificação longe das guerras e com uma participação à escala global ainda que sob a palavra de ordem do internacionalismo revolucionário.”



A FESTA DO AVANTE
APESAR DE NÃO PARECER
OS CONFLITOS ESTÃO LÁ,
NOS TRÊS DIAS

Para criar esta ilusão de um mundo pós-utópico contribuí algo que dissimula a guerra, a ausência naqueles três dias e naquele espaço de qualquer tipo de conflito explícito, sequer de contradições: não há lugar ao conflito de gerações, de género, de músicas, de tendas de produtores nacionais e internacionais, etc. Só no discurso de encerramento pelo secretário-geral a vida real volta a ser de combate, contradições e até de guerra. E não pode deixar de haver uma razão para esta situação de um utopismo temporal que é o modo como o trauma está dissimulado e a memória, ou muitas das memórias não são matéria de gestão programática. Consultados os vários programas das festas não deixa de espantar a quantidade de actividades e a sua pluralidade e contudo há dois temas que estão praticamente ausentes. Trata-se do colonialismo e do pós-colonialismo. Sim, é um facto que há declarações solidárias com as narrativas estabilizadas das lutas pelas independências protagonizadas por movimentos ou partidos de inspiração marxista, assim como há homenagens a heróis desses movimentos e a presença de artistas e escritores desses novos países africanos são recorrentes. Mas a análise do colonialismo está ausente e de tal modo que na XII festa, em 1988, “os comunistas comemoram os 600 anos dos Portugueses pelo Mundo” sem qualquer crítica à expansão com uma exposição sobre os ‘Descobrimientos’ precedida de uma outra sobre o Cosmos com a presença do astronauta soviético Vladimir Solaviev e peças do Sputnik. São inexistentes os debates, actividades que estão na génese dos movimentos independentistas como a negritude ou o panafricanismo. A festa de l’Humanité do PCF enferma da mesma questão para o qual contribuí a relação ambígua que o partido teve relativamente à independência da Argélia. No mesmo contexto a questão do trauma da guerra, da descolonização, dos retornados, esteve sempre ausente do que seria o contributo deste partido para a construção de outras narrativas relativas à colonização e à sua génese no contexto de uma história da Europa Imperial. De igual modo, ou seja, ausente, está o debate e as referências à problemática do pós-colonialismo e aos seus diversos autores mais ou menos de inspiração marxista, à excepção de uma leve abordagem a Amílcar Cabral como herói da luta e muito pouco como teórico fundamental do pan-africanismo e do que viria a ser o pós-colonialismo. E numa abordagem contemporânea à desconstrução da hegemonia cultural seria desejável a intervenção na Festa dos intelectuais à produção das memórias coloniais e da revisitação das mesmas no contexto actual. Mas para um trabalho intelectual e produtor de novos conhecimentos não é possível escamotear um outro colonialismo da responsabilidade do Estado Soviético sobre todas as repúblicas da ex-URSS e dos países colonizados em redor na Europa a Leste do Ocidente. Porque a amnésia sobre este facto histórico pode ser, a curto prazo, devastador para estas ex-colónias (algumas das quais já reocupadas) como bem previne Katerina Brezinova. “A Europa pós-comunista cujos imaginários nacionais ainda estão fortemente marcados pela herança do Romantismo alemão, está a testemunhar novas formas



A FESTA DO AVANTE
APESAR DE NÃO PARECER
OS CONFLITOS ESTÃO LÁ,
NOS TRÊS DIAS

emergentes de Modernidade que podem ou não assemelhar-se realmente à experiência da Europa Ocidental. Em alguns países da região, estão a formar-se contracorrentes locais importantes contra as novas realidades da diferença. Estaremos numa melhor posição para compreender algumas destas tendências conflituosas actuais desde a reacção violenta contra a migração e o multiculturalismo até à ressurgência da intolerância étnica e religiosa...” (4). A continuar assim a Festa pode parecer-se a uma utopia pós-revolucionária mas muito pouco credível e ainda menos pertinente para todos os povos do mundo.

(1) J.J. Rousseau, «Discours», *Œuvres Complètes*, Paris : Armand Aubré, 1832, p.235.

(2) [José Neves, «A militância comunista enquanto prática utópica- da resistência antifascista à sociedade pós-disciplinar », *Ler História* \[Online\], 69 | 2016, colocado online no dia 11 Março 2017, consultado no dia 22 Março 2018.](#)

(3) [Ibidem.](#)

(4) Katerina Brezinova, “Polémica em torno da diversidade? A República Checa pós-comunista face às novas realidades da diferença”. in, António Pinto Ribeiro (Org.), *Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, pp.123-4.

António Pinto Ribeiro é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, projecto *Memoirs- Filhos de Império e Pós-memórias Europeias* e programador cultural. *África, os quatro rios, a representação de África através da literatura de viagens europeia e norte-americana* das Edições Afrontamento, 2017, é a sua última obra.

O QUE PODE UM LIVRO

Ana Tironi

Há algum tempo chegou às minhas mãos um livro escrito por um casal de psicanalistas franceses que desde há trinta anos tem vindo a estudar, a partir de casos reais, a ligação existente entre o trauma, pessoal ou colectivo, e a loucura. O livro intitula-se *Histoire et trauma: La folie des guerres*, de Françoise Davoine e Jean-Max Gaudillière. Trata-se de uma obra fascinante e complexa que, pelo viés de múltiplas histórias analisadas por terapeutas de distintas correntes e lugares, salienta a necessidade de historizar, isto é, de recordar com outros, os pontos cegos que ficam na vida das pessoas após um trauma. Por outras palavras, a única maneira de reconstruir a narrativa individual e social é que estas zonas sombrias sejam trazidas à luz do dia e ganhem existência. Segundo os próprios autores, reflectindo sobre a complexidade do dilema “o que não é possível dizer também não é possível calar.” Todos nós em algum momento das nossas vidas, sentimos o alívio que é poder partilhar alguma coisa que nos afecta e, percebermos que quem nos ouve, para além de nos compreender, valida e legítima com o seu olhar ou com as suas palavras o que estamos a sentir, confirmando assim que não estamos loucos.

Este livro teve um eco especial em mim, já que a sua leitura coincidiu com um novo emprego que tive como historiadora no *Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*, em Santiago de Chile. O meu trabalho consistia em investigar e atualizar a informação procedente dos processos judiciais instruídos por esta instituição, em defesa das vítimas das violações dos Direitos Humanos no Chile, entre 1973 e 1990. A *Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad* foi criada em 1992, com o objetivo de tratar e guardar os arquivos de informação e documentação da *Vicaría de la Solidaridad*, assim como do organismo que a antecedeu, o *Comité de Cooperación para la Paz en Chile*.

O Arquivo da *Vicaría*, cujo orçamento é limitado, e apoiando-se na abnegação de quem ali trabalha, não só tem conservado documentos relevantes da história chilena deste período, mas tem sido sobretudo um apoio fundamental para as vítimas e os seus familiares na sua procura da verdade e de reparação.

Apesar de já ter passado muito tempo desde a ocorrência dos factos políticos, são muitas as pessoas que visitam e recorrem ao Arquivo. Em primeiro lugar, encontram-se as próprias vítimas sobreviventes à procura das provas da sua dor. Mas também acorrem ao Arquivo as famílias, filhos, netos e bisnetos tanto de vítimas como de torcionários, que procuram saber e que querem conhecer os factos em que estiveram envolvidos os seus familiares. Há também os investigadores e os estudantes que frequentam o Arquivo e que sabem que ali existem ainda muitas histórias que devem ser contadas. Hoje, no mundo, os arquivos de Direitos Humanos cumprem um papel fulcral nas sociedades em que se inserem: para além de colaborarem com a Justiça, estes arquivos conservam a memória e permitem que as gerações seguintes revisitem a sua história, a fim de compreender os seus medos e, de assim se colocarem na situação de iniciar um processo de reparação. Pode afirmar-se que estes arquivos, para muitos cidadãos são uma fonte essencial para recordar momentos, que embora não os tenham vivido, os fazem sofrer.

Até agora, só tinha ouvido falar do conceito de pós-memória. Para mim, presentemente, este conceito adquiriu vigência e tornou-se urgente compreendê-lo. A pós-memória surge no interior dos estudos sobre a memória, e procura compreender os efeitos traumáticos herdados pelas gerações seguintes àquela que sofreu os efeitos diretos das guerras, das ditaduras e das repressões sociais ou raciais. Esta memória tardia, complexa e sempre conflituosa e dolorosa, pode afectar tanto indivíduos como a sociedade no seu conjunto.

Este conceito foi criado por Marianne Hirsch, ligado à geração dos filhos do Holocausto, que é aliás o seu caso. No seu livro *A Geração da Pós-memória* explica que este tipo de memória se caracteriza pela “relação que os descendentes de pessoas que viveram eventos traumáticos, mantêm com estas vivências que muitas vezes ocorreram antes do seu próprio nascimento. No entanto, estas memórias foram-lhes transmitidas de forma tão profunda que acabam por ser entendidas como próprias (...) A memória herdada é diferente da recordação daqueles que foram de facto atingidos pelos acontecimentos”.

Volto constantemente à definição de pós-memória de Marianne Hirsch e penso que, no Chile, são muitas as histórias que ainda não foram contadas. Talvez seja o Teatro que esteja mais à frente na produção desta narrativa, na medida em que tem levado esta reflexão ao palco, permitindo assim que o público estabeleça uma relação com as feridas do país (e as suas). Estou a pensar, nomeadamente, em nomes como os de Guillermo Calderón e as suas obras *Escuela*, *Mateluna* e *Discurso*, entre outras.

Também na literatura e no jornalismo têm vindo a ser publicadas obras que procuram pesquisar e narrar esta etapa dolorosa da história chilena a partir da perspectiva dos próprios sujeitos que a viveram. Na obra *Historias de clandestinidad : Cuatro testimonios (1973-1990)*, a autora, Sofía Tupper Coll, torna-o claro logo nas primeiras páginas:

“A minha intenção não é a de contar uma verdade. O meu compromisso é relatar os factos nas palavras dos próprios protagonistas.”

E, para quem julga que isto é passado, que não vale a pena ficarmos presos a uma história que aconteceu há quarenta anos, as palavras de William Faulkner constituem um lembrete importante “O passado nunca morre, nem sequer é passado”. E por isso vos convido a ver como este passado continua no presente hoje do Chile: o passado ressurge na Assembleia Nacional, nas palavras do Deputado Ignacio Urrutia, que acusou as vítimas de violações de Direitos Humanos de “terroristas com bolsa”. Mas esse passado também está presente na resposta de Alejandro Fabres, detido e torturado com 16 anos, na secção do correio do leitor do jornal *El Mercurio* (21.4.18): “Às vezes é complicado esquecer. Às vezes queremos fazê-lo, mas quando aparecem personagens como o senhor, a chamarem-nos de terroristas por nos termos oposto a uma ditadura cívico-militar, e por nos termos defendido de quem nos tentava matar a qualquer preço, as recordações mantêm-se. Espero sinceramente e de todo o meu coração que nenhum dos seus filhos, netos, bisnetos ou tataranetos tenha de viver a experiência de um lugar de tortura.”

No ano passado assisti à apresentação de um livro no Arquivo Nacional, *Purísima de Louqueén*, de Hernán Bustos, onde pude sentir, rodeada pela família e os amigos do autor, o efeito reparador que uma história pode criar. O livro relata a vida de Purísima Elena Muñoz de Maureira, mulher de Sergio Maureira Lillo e mãe de Rodolfo Antonio, Sergio Miguel, Segundo Armando e José Manuel. Todos os seus foram detidos e desapareceram em 1973. Os corpos foram descobertos em 1978 no lugar de execuções conhecido como Hornos de Lonquén. Este facto marcou toda a nossa geração. Já nada podia ser ambíguo, nada podia ser relativizado, e ninguém honesto que olhasse em redor poderia escapar ao que se vivia à volta destes fornos, símbolos do horror. É um livro lancinante, um testemunho da dor, da injustiça e da barbárie. Mas é também um belo testemunho de uma mulher que consegue continuar a viver depois do inferno graças ao amor da família, à tristeza e à alegria partilhadas.



O QUE PODE
UM LIVRO

É, pois, desta forma que um livro pode produzir em nós muitas reações que nem sequer compreendemos. Um livro pode levar-nos a ler mais livros; um livro acorda emoções adormecidas; permite reexaminar a nossa história e, às vezes, refletir sobre o modo como queremos continuar a nossa vida. Isto tudo é o que pode fazer um livro.

Françoise Davoine e Jean Max Gaudilliere, *Historia y trauma, la locura de las guerras*, Argentina: Fondo de cultura económica, 2011 (tradução de Mariana Saúl).

Sofia Tupper Coll, *Historias de clandestinidad. Cuatro testimonios (1973-1990)*, Chile: Ediciones B, 2016.

Ana Tironi é historiadora, foi diretora da Biblioteca Nacional do Chile, e secretária de Estado da Cultura do Governo de Michelle Bachelet. É investigadora no Archivo de la Vicaría de la Solidaridad, no Chile.

ISSN 2184-2566